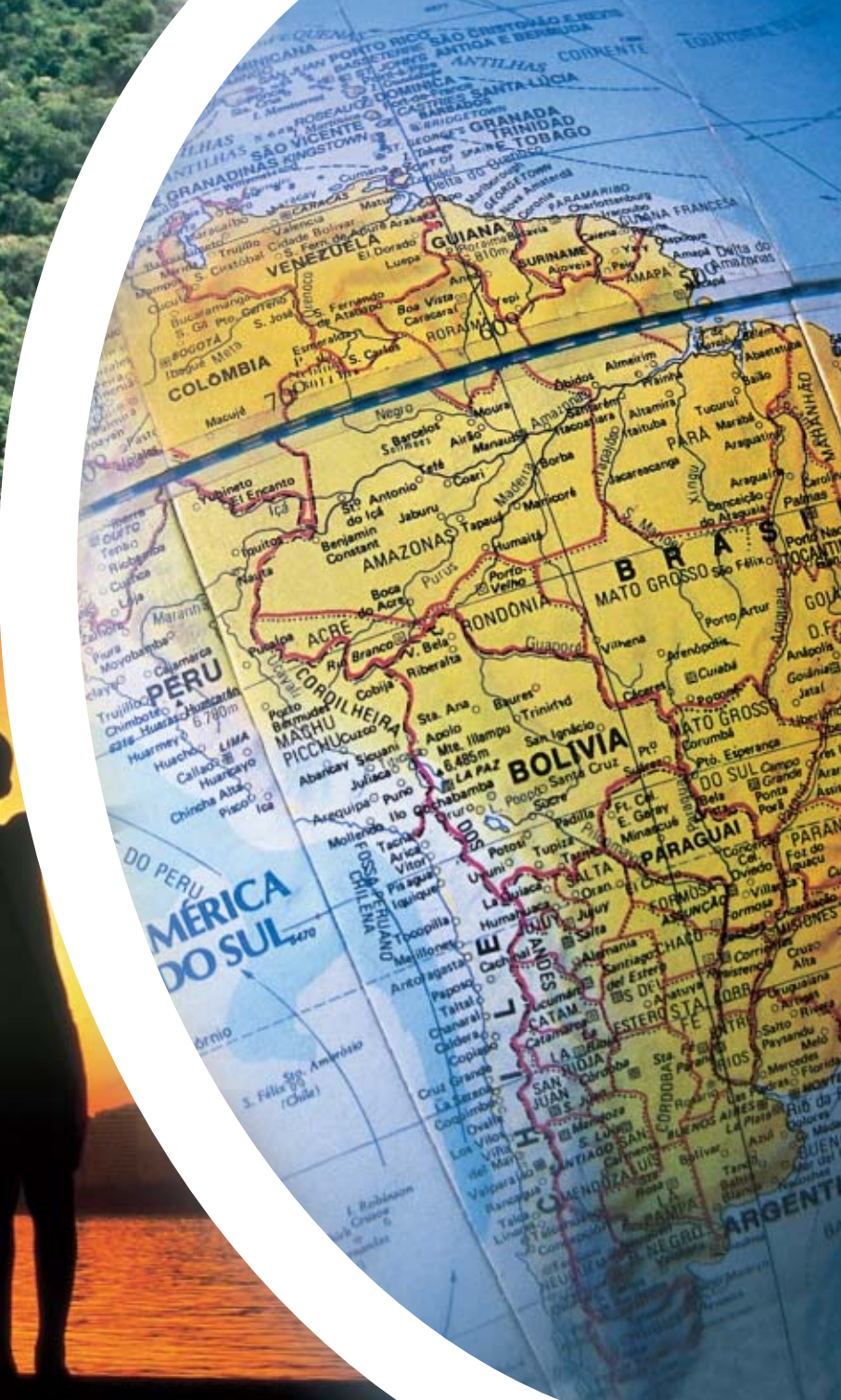


**EDUCAÇÃO NO BRASIL**  
1995 - 2001



**Presidente da República**  
Fernando Henrique Cardoso

**Ministro da Educação**  
Paulo Renato Souza

**Secretário Executivo**  
Luciano Oliva Patrício

DESAFIOS DE UM PAÍS HETEROGÊNEO

**Pág. 3**

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL

**Pág. 5**

UMA NOVA MENTALIDADE

**Pág. 7**

ENSINO FUNDAMENTAL

**Pág. 9**

UM NOVO ENSINO MÉDIO  
E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**Pág. 25**

ENSINO SUPERIOR

**Pág. 31**



**DESAFIOS DE UM PAÍS HETEROGÊNIO**

Com mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de extensão territorial, o Brasil é o quarto maior país do mundo em terras contínuas, atrás apenas da Rússia, da China e do Canadá. Tem o tamanho equivalente a toda a Europa, excetuando-se a porção russa. É o quinto país mais populoso do planeta, com cerca de 169,5 milhões de habitantes, superado somente pela China, Índia, Estados Unidos e Indonésia.

Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por um dos mais velozes processos de urbanização da história moderna. Em 1950, a zona rural abrigava quase 70% da população; hoje, não chega a ter 20%. Ainda assim, são quase 32 milhões de pessoas vivendo no campo.

Situado entre as dez maiores economias mundiais, com um Produto Interno Bruto (PIB), em 2000, de R\$ 1 trilhão, 89 bilhões e 688 milhões, o Brasil apresenta uma das mais altas concentrações de renda do mundo, resultante de um modelo de desenvolvimento que fez o país crescer de forma notável – foi o segundo país que mais cresceu, entre 1880 e 1980 – mas que se mostrou incapaz de distribuir a riqueza. Em 1999, a renda per capita era de US\$ 3.401 sendo que apenas 10% da população detinham metade de toda a riqueza do país. A renda média desses 10% mais ricos representa quase 30 vezes a renda média dos 40% mais pobres.

Último país a abolir a escravidão, em 1888, o Brasil teve nos ex-escravos e seus descendentes a primeira grande massa de excluídos. Até hoje, a herança da escravidão cobra um alto preço. Embora 45% dos brasileiros sejam negros e mestiços, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio 1999 (PNAD), eles constituem cerca de 70% do total de pobres e miseráveis. A taxa de analfabetismo é de 8,3% entre os brancos e de 21%

entre os afro-descendentes. Enquanto a população branca com mais de 10 anos tem, em média, 6,7 anos de estudo, os negros e mestiços têm 4,5 anos de estudo.

O analfabetismo foi reduzido à metade nas três últimas décadas, mas, nem por isso, o Brasil deixou de ocupar uma posição desvantajosa até mesmo na América Latina. De acordo com a PNAD 1999, o país possuía, às vésperas do século XXI, 13,3% de analfabetos com mais de 15 anos de idade, exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

As desigualdades sociais e a concentração de renda têm sua origem, em grande parte, no atraso educacional de décadas e na baixa escolaridade média da população brasileira.

As desigualdades regionais também foram acentuadas pela falta de prioridade à educação. Dados de 1995 revelam que na Região Nordeste, a mais pobre do país, os habitantes tinham quatro anos de estudo, em média. Nas regiões Sul e Sudeste, as mais ricas, esse índice chegava a seis anos. Em 1999, a população de 10 anos ou mais de idade, residente na Região Nordeste, tinha 4,3 anos de estudo, enquanto no Sul esse índice chegava 6,2 e, no Sudeste, a 6,5.

A partir de 1990, o mercado de trabalho passou a valorizar a mão-de-obra qualificada e, assim, a capacitação tornou-se praticamente uma exigência para o trabalhador interessado em conquistar ou manter o emprego. Isso pode ser dimensionado com a análise destes dados: em 1991, os trabalhadores de menor escolaridade representavam cerca de 39% da população ocupada; em 1998, apenas 27,4%. No mesmo período, os trabalhadores com nove a onze anos de estudo aumentaram sua participação de 21% para 28%, no total da população ocupada.



**ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL**

Uma particularidade do ensino brasileiro é seu caráter extremamente descentralizado. O Brasil é uma república federativa, constituída por 26 estados e o Distrito Federal. Tem, além disso, 5.561 municípios. O ensino fundamental obrigatório – da 1ª a 8ª série – as creches, a pré-escola e o ensino médio sempre foram de responsabilidade de estados e municípios. O papel do governo central, nesses níveis de ensino, é *normativo*, estabelecendo as grandes linhas do sistema, *redistributivo* e *supletivo*, atuando com auxílios e subsídios, para diminuir desigualdades sociais e regionais. Diretamente, a União mantém, apenas, instituições de ensino superior e escolas técnicas.

A Constituição de 1988 ampliou a autonomia dos municípios, permitindo-lhes que organizassem seus próprios sistemas de ensino, independentemente de supervisão estadual ou federal. No entanto, até 1996, não havia critérios legais para a divisão de tarefas na educação.

Uma emenda constitucional aprovada naquele ano tornou mais claras as responsabilidades: o provimento do ensino fundamental continuou compartilhado entre estados e municípios, mas se

criou um novo sistema de financiamento, que organizou a contribuição de cada uma das instâncias de governo, na manutenção desse nível de ensino. Aos municípios foi atribuída a responsabilidade pela educação infantil, e aos estados, pelo ensino médio – ciclo de três anos de estudo posterior ao ensino fundamental.

Todo o sistema de ensino, no Brasil, exceto o de nível superior, é predominantemente público. Nos estabelecimentos públicos, é inteiramente gratuito, inclusive nas universidades. A porcentagem de alunos matriculados nas escolas públicas vem crescendo, continuamente, nos últimos dez anos, e o declínio da participação do setor privado tem sido acentuado – de novo, com exceção do ensino superior.

É importante destacar que o crescimento constante do percentual de atendimento das crianças, no ensino público, revela o esforço do governo em incorporar a população de baixa renda ao sistema escolar. Altos índices de atendimento privado, em um país em desenvolvimento, tendem a indicar a exclusão escolar da população de renda mais baixa, que constitui a maioria das crianças e dos jovens nessas nações.



UMA NOVA MENTALIDADE

A educação foi definida como prioridade logo no início do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Como os resultados nessa área demandam tempo, decidiu-se enfrentar, inicialmente, a questão do ensino fundamental. O mais importante era matricular e manter as crianças de 7 a 14 anos na escola, garantindo-lhes um ensino de qualidade.

O programa de governo para a educação, alicerçado na busca da igualdade de oportunidades, incorporou os princípios da universalização, descentralização, municipalização, participação da comunidade na gestão das escolas e maior controle social do gasto público e dos resultados.

O Ministério da Educação definiu critérios justos, objetivos e transparentes de distribuição e repasse de recursos, de acordo com o número de crianças matriculadas. Isso foi estabelecido na Emenda Constitucional nº 14, aprovada pelo Congresso em setembro de 1996 e regulamentada em dezembro daquele ano pela Lei 9.424, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Esse Fundo, de natureza contábil, foi implantado, automaticamente, a partir de 1º de janeiro de 1998.

Nos últimos seis anos, grandes avanços foram registrados e já se pode dizer que o país está recuperando o atraso educacional. Destacam-se alguns resultados:

- a taxa de atendimento de 7 a 14 anos passou de 92,7%, em 1994, para 97% em 1999. Com isso, foi antecipada e superada a meta estabelecida pelo Plano Decenal de Educação para Todos, que previa elevar para 94%, pelo menos, a cobertura da população em idade escolar até 2003;
- no período 1994/2000, o aumento do número de matrículas no ensino médio foi de 66%. De 1999 para 2000 houve expansão de 5,5% na matrícula inicial do ensino médio, chegando a 27,9% no estado do Piauí. Isso significa que há mais jovens concluindo o ensino fundamental e prosseguindo os estudos;
- as desigualdades regionais estão diminuindo. No período 1995/2000, na Região Nordeste, a matrícula no ensino fundamental cresceu cerca de 23% contra 9% do conjunto do país; no ensino médio, aumentou 68% contra 52% no país;
- em 2000 existiam no Brasil, matriculados em todos os níveis de ensino, cerca de 56 milhões de estudantes (considerando-se a matrícula do ensino superior referente ao ano de 1999), o que representa 1/3 da população. As escolas do setor público atendiam 44 milhões de alunos na educação básica – infantil, fundamental e média. Esse número equivale a 88% do total de matrículas da educação básica (50 milhões).

A close-up, slightly blurred photograph of the central blue globe of the Brazilian flag. The globe is set against a yellow background, which is part of the flag's design. A white banner with the motto "ORDEM E PROGRES" is draped across the globe. Several white stars are visible on the blue background. The overall image has a soft, artistic quality with a greenish tint at the top and bottom edges.

ORDEM E PROGRES

ENSINO FUNDAMENTAL

## Toda Criança na Escola

O sistema educacional brasileiro começou a se transformar com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996. A partir dela, União, estados e municípios tiveram definidas as suas responsabilidades. Outra inovação: as escolas passaram a ter mais autonomia, os conteúdos dos currículos tornaram-se mais flexíveis e a qualificação do magistério foi estimulada.

Com o objetivo de colocar em prática as propostas da nova LDB, o governo buscou formas de mudar os mecanismos de financiamento da educação, especialmente do ensino fundamental. A maior conquista, nesse sentido, foi a aprovação, em 1996, da Emenda Constitucional nº 14, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

### O que é o Fundef

Até a criação do Fundef, a divisão dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino era feita de uma forma injusta. A Constituição determinava a aplicação obrigatória de 25% das receitas fiscais em educação, mas não definia, claramente, as responsabilidades de cada nível de governo no ensino obrigatório das crianças de 7 a 14 anos.

Além da má distribuição de recursos, eles eram mal aplicados. Não havia correspondência entre a repartição dos recursos e o número de alunos matriculados. Em cidades mais ricas, com redes municipais de ensino pequenas e poucos alunos, o dinheiro sobrava. Em contrapartida, nas cidades pobres, com grandes redes e muitos alunos, faltavam recursos. O dinheiro, portanto, era mal dividido, mal empregado

e até desviado, sem que houvesse um mecanismo seguro de controle. E dinheiro mal repartido significa má qualidade de ensino, altas taxas de repetência, baixos índices de escolaridade, milhões de crianças privadas do direito de estudar.

Essa injustiça social e as desigualdades regionais deixaram de existir a partir da Lei 9.424, que regulamentou o Fundef – um fundo de natureza contábil – e não isentou os estados, o Distrito Federal e os municípios da obrigatoriedade de aplicarem, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que prevê o art. 212 da Constituição Federal: *“A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”*

Com o Fundef, dos 25% que a Constituição obriga os estados a investirem em educação, 60% – o equivalente a 15% de toda a arrecadação fiscal – devem se destinar, exclusivamente, ao ensino fundamental. A divisão da receita entre o estado e seus municípios passou a ser proporcional ao número de alunos matriculados nas escolas de cada rede de ensino. Do total de recursos destinados ao ensino fundamental, 60% são usados, necessariamente, para pagar os professores.

O Fundef definiu também um gasto mínimo por aluno/ano, fixado por ato do Presidente da República. De acordo com a legislação, esse valor nunca será inferior à razão entre a previsão da receita total para o Fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas. Esse cálculo tem por base o censo educacional realizado pelo Ministério da Educação.

Em 1998, primeiro ano de vigência do Fundo, o valor mínimo anual por aluno/ano foi fixado em

R\$ 315,00. Naquele ano, foram distribuídos cerca de R\$ 13,3 bilhões. O governo federal desembolsou R\$ 542 milhões para complementar o gasto mínimo por aluno/ano nos estados em que os recursos do Fundef não alcançaram o valor mínimo. Essa complementação é obrigatória e beneficia os estados mais pobres.

Em 2000, o gasto aluno/ano foi reajustado e diferenciado, sendo de R\$ 333,00 para os alunos de 1ª a 4ª série e de R\$ 349,65 para os de 5ª a 8ª série e alunos da educação especial.

Em 2001, os valores mínimos ficaram em R\$ 363,00 para alunos de 1ª a 4ª série e R\$ 381,14 para os de 5ª a 8ª série e os da educação especial. O Fundef deve movimentar, este ano, quase R\$ 20 bilhões.

Quanto à remuneração do magistério, entre 1997 e 1998 verificou-se uma melhoria salarial média de 13% em favor dos profissionais em exercício nos sistemas estaduais e municipais do país, conforme pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe/USP). No

Nordeste, esses ganhos atingiram 49% na média das redes municipais.

## Os primeiros resultados

A universalização da educação constitui mecanismo capaz de garantir, a todo brasileiro, o exercício pleno da cidadania. Essa meta vem sendo conquistada pelo Brasil e, em 1999, o país alcançou o índice de 95,4% das crianças de 7 a 14 anos no ensino fundamental. Em 1994, eram 87,5% nesse nível de ensino.

O crescimento de 13% na matrícula do ensino fundamental é decorrência da criação do Fundef e do Programa *Toda Criança na Escola*, uma ampla mobilização dos governos federal, estaduais e municipais e da comunidade para matricular as crianças que ainda estavam fora das salas de aula.

No período 1994/1999, a matrícula de 5ª a 8ª série cresceu 27%, revelando o aumento da escolarização média, a melhoria da qualidade do ensino e a redução da repetência e da evasão.

## ENSINO FUNDAMENTAL – MATRÍCULA INICIAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA BRASIL – 1995-2000

Ano	Matrícula por Dependência Administrativa								
	Total	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1994 <sup>(1)</sup>	32.008.051	33.319	0,1	18.126.875	56,6	10.326.499	32,3	3.521.358	11,0
1995	32.668.738	31.330	0,1	18.347.733	56,2	10.491.096	32,1	3.798.579	11,6
1996	33.131.270	33.564	0,1	18.468.772	55,7	10.921.037	33,0	3.707.897	11,2
1997	34.229.388	30.569	0,1	18.098.544	52,9	12.436.528	36,3	3.663.747	10,7
1998	35.792.554	29.181	0,1	17.266.355	48,2	15.113.669	42,2	3.383.349	9,5
1999	36.059.742	28.571	0,1	16.589.455	46,0	16.164.369	44,8	3.277.347	9,1
2000	35.717.948	27.810	0,1	15.806.726	44,3	16.694.171	46,7	3.189.241	8,9

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: <sup>(1)</sup> Dados Estimados

Um dado relevante é a queda mais acentuada da taxa de analfabetismo na população de 15 anos de idade ou mais. Em 1991, era de 20,1%; em 1996, foi reduzida para 14,9% e, em 1999, baixou para 13,3%. O analfabetismo entre os jovens de 15 a 29 anos também apresentou um expressivo declínio, consequência do esforço dos últimos seis anos para

universalizar o ensino fundamental. Na faixa etária de 15 a 19 anos, a taxa caiu a menos da metade: de 12% em 1991 para 4% em 1999, ano em que os analfabetos de 20 a 24 anos chegavam a 5,9% e, entre 25 e 29 anos, a 7,2%. Com essa redução, as altas taxas de analfabetismo tendem a se tornar um fenômeno restrito de fato às gerações mais velhas.

## TAXA DE ANALFABETISMO POR SEXO, FAIXA ETÁRIA GRANDES REGIÕES E BRASIL – 1999

Grandes Regiões/Brasil	Taxa de Analfabetismo (%)										
	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 64 anos	65 anos ou mais
<b>Total</b>											
Norte	12,3%	3,5%	4,6%	6,9%	8,3%	11,1%	11,5%	18,8%	21,8%	28,8%	45,0%
Nordeste	26,6%	9,4%	13,9%	17,5%	21,3%	24,4%	28,2%	32,4%	42,4%	49,2%	60,4%
Sudeste	7,8%	1,3%	2,3%	2,8%	4,0%	4,7%	5,6%	7,8%	11,1%	17,2%	28,4%
Sul	7,8%	1,3%	2,4%	2,9%	3,9%	5,1%	6,1%	8,8%	12,1%	18,2%	27,2%
Centro-Oeste	10,8%	1,5%	3,0%	4,5%	6,4%	7,8%	9,3%	13,9%	20,2%	28,3%	43,6%
<b>BRASIL</b>	<b>13,3%</b>	<b>4,0%</b>	<b>5,9%</b>	<b>7,2%</b>	<b>8,9%</b>	<b>10,2%</b>	<b>11,6%</b>	<b>14,7%</b>	<b>20,2%</b>	<b>27,1%</b>	<b>38,7%</b>
<b>Homens</b>											
Norte	12,7%	4,3%	5,7%	8,5%	10,2%	12,6%	12,5%	18,4%	17,6%	27,5%	39,9%
Nordeste	28,7%	12,9%	17,6%	21,7%	26,2%	29,2%	30,8%	33,4%	43,0%	47,5%	58,9%
Sudeste	6,8%	1,5%	3,0%	3,4%	4,5%	4,8%	5,6%	6,9%	9,5%	14,0%	23,2%
Sul	7,1%	1,6%	2,9%	2,3%	3,8%	5,3%	5,7%	7,5%	10,4%	17,3%	25,0%
Centro-Oeste	10,5%	1,9%	4,1%	5,5%	7,6%	8,3%	9,2%	13,0%	19,3%	25,1%	37,0%
<b>BRASIL</b>	<b>13,3%</b>	<b>5,3%</b>	<b>7,4%</b>	<b>8,7%</b>	<b>10,6%</b>	<b>11,4%</b>	<b>12,1%</b>	<b>14,1%</b>	<b>19,0%</b>	<b>24,6%</b>	<b>35,4%</b>
<b>Mulheres</b>											
Norte	12,0%	2,6%	3,7%	5,4%	6,5%	9,7%	10,5%	19,1%	25,2%	30,1%	49,9%
Nordeste	24,6%	5,9%	10,3%	13,5%	16,8%	20,2%	25,8%	31,5%	41,8%	50,6%	61,6%
Sudeste	8,7%	1,1%	1,7%	2,2%	3,5%	4,7%	5,7%	8,7%	12,5%	20,1%	32,3%
Sul	8,4%	1,0%	2,0%	3,3%	3,9%	4,9%	6,5%	10,0%	13,8%	19,0%	28,8%
Centro-Oeste	11,0%	1,1%	2,0%	3,6%	5,4%	7,3%	9,5%	14,9%	21,0%	31,3%	49,8%
<b>BRASIL</b>	<b>13,3%</b>	<b>2,7%</b>	<b>4,3%</b>	<b>5,8%</b>	<b>7,4%</b>	<b>9,1%</b>	<b>11,2%</b>	<b>15,3%</b>	<b>21,4%</b>	<b>29,3%</b>	<b>41,3%</b>

Fonte: PNAD 1999 - FIBGE e Tabulação: NEPO/UNICAMP

Nota: Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

A redução do número de analfabetos, como se percebe, continua sendo mais expressiva entre as mulheres. Dados de 1999 revelam que a taxa de analfabetismo entre elas, na faixa dos 15 aos 19 anos de idade, é de 2,7%; dos 20 aos 24 anos, 4,3%; e dos 25 aos 29 anos, 5,8%.

As mulheres também ultrapassaram os homens, na década de 90, em relação à média de anos de estudo. Foi registrado um aumento, no período de 1990 a 1999, de 4,9 para 5,9 anos de estudo entre as mulheres, enquanto entre os homens essa média passou de 5,1 para 5,6. Elas deram um salto de um ano, enquanto eles avançaram meio ano.

## Analfabetismo por região

### TAXA DE ANALFABETISMO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS POR GRUPOS DE IDADE – 1980

	Taxa de Analfabetismo (%)						
	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil	25,4	16,5	15,6	18,0	24,0	30,8	43,9
Norte	29,2	21,5	21,1	23,4	29,0	35,7	47,7
Nordeste	45,4	34,3	33,4	37,6	45,2	51,7	65,1
Sudeste	16,8	7,6	8,3	10,3	15,1	21,8	33,6
Sul	16,2	6,7	7,7	10,1	14,8	21,5	34,1
Centro-Oeste	25,2	14,2	14,8	17,8	24,8	34,3	50,2

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1980

### TAXA DE ANALFABETISMO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS POR GRUPOS DE IDADE – 1991

	Taxa de Analfabetismo (%)						
	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil	20,1	12,1	12,2	12,7	15,3	23,8	38,3
Norte	24,6	15,0	16,0	17,7	22,5	32,4	47,6
Nordeste	37,6	25,6	26,5	28,2	33,2	45,2	60,4
Sudeste	12,3	4,6	5,5	6,2	8,3	14,6	27,6
Sul	11,8	3,7	4,6	5,4	7,9	14,4	28,0
Centro-Oeste	16,7	6,5	8,0	9,6	13,2	22,8	40,9

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991

## TAXA DE ANALFABETISMO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS POR GRUPOS DE IDADE – 1996

	Taxa de Analfabetismo (%)						
	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil	14,7	6,0	7,1	8,1	10,2	15,5	31,5
Norte	11,6	3,3	4,2	6,2	8,6	14,5	32,7
Nordeste	28,7	14,1	16,9	19,1	24,0	33,8	52,7
Sudeste	8,7	1,8	2,6	3,3	4,9	8,7	21,9
Sul	8,9	2,0	2,8	3,8	5,2	8,5	22,0
Centro-Oeste	11,6	2,5	3,9	4,8	8,1	14,1	32,6

Fonte: PNAD – Excluída a população rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

## NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDO DE PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE BRASIL – 1960-1999

Anos	Sexo	
	Homens	Mulheres
1960	2,4	1,9
1970	2,6	2,2
1980	3,9	3,5
1990	5,1	4,9
1995	5,0	5,3
1996	5,2	5,5
1997	5,3	5,6
1998	5,5	5,7
1999	5,6	5,9

Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, 1996; PNUD/IPEA, 1996. Síntese de Indicadores Sociais – 2000 – IBGE.

Nota: Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá para os anos de 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

## Programa Nacional Bolsa-Escola

Para universalizar o ensino fundamental, o governo Fernando Henrique percebeu que era preciso mais do que investir no programa *Toda Criança na Escola*. Além de matricular as crianças de 7 a 14 anos, tornava-se necessário assegurar a permanência delas em sala de aula.

Em 1998, foi instituído o Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima, que concedia um apoio financeiro mensal às famílias com renda média familiar abaixo da renda média do estado. A condição é que comprovassem a matrícula e a permanência dos filhos na escola. O programa contribuiu para erradicação do trabalho infantil e redução do êxodo das famílias do interior para as grandes cidades.

Em 2001, o governo decidiu ampliar o benefício e extinguiu o Renda Mínima, substituindo-o pelo Programa Nacional Bolsa-Escola. Criado pela Medida Provisória 2.140, de 13 de fevereiro, o programa foi aprovado pelo Congresso Nacional em 27 de março e sancionado pelo presidente Fernando Henrique – Lei 10.219 – em 11 de abril de 2001.

O Bolsa-Escola é voltado para alunos de 6 a 15 anos pertencentes a famílias com baixa renda *per capita*. Seu propósito é estimular crianças e jovens das famílias mais carentes a romperem, por meio da educação, o ciclo de reprodução da miséria – ou seja, aquele em que os filhos pobres acabam tornando-se pais pobres, por falta de instrução.

Para conceder benefícios, que variam de acordo com o número de filhos na escola, o programa utilizará R\$ 1,7 bilhão do Fundo de Combate à Pobreza e deverá beneficiar R\$ 5,8 milhões de famílias carentes em todo o país, num total de 11 milhões de crianças.

Serão distribuídos, mensalmente, mais de R\$ 161 milhões em benefícios.

Uma inovação do Ministério da Educação é a parceria direta com as mães desses alunos. Nas famílias mais pobres, são elas as responsáveis pelo sustento e educação dos filhos e serão elas a receber o benefício na Caixa Econômica Federal (CEF), por meio de cartão eletrônico.

O cadastramento da população-alvo está em andamento e, em menos de dois meses, cerca de 400 prefeituras enviaram cadastro para a CEF, representando 22 mil famílias e 38 mil crianças.

## Municipalização e controle social do gasto público

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação define a responsabilidade de cada nível de governo e assim, a partir da sua aprovação, foi desencadeado um amplo processo de “municipalização” do ensino fundamental e de “estadualização” do ensino médio. Em 1997, havia 18 milhões de alunos nas escolas estaduais de ensino fundamental e 12 milhões na rede municipal. Em 1999, as redes municipais e estaduais empataram, com 16 milhões de alunos cada.

O processo de municipalização do ensino fundamental, estimulado pelo Fundef, continua a crescer em todo o país. Apesar da queda de 0,9% nas matrículas do ensino fundamental, no período 1999-2000, o crescimento das matrículas na rede municipal foi de 3,7%. Todas as outras redes – federal, estadual e privada – tiveram decréscimo no número de matrículas nesse nível de ensino.

Houve um intenso processo de municipalização do ensino fundamental. Em 1994, a rede municipal

detinha 36% das matrículas públicas, enquanto a estadual contabilizava 54% dos alunos. Em 2000, 51% das matrículas estavam na rede municipal e 49% na estadual.

Na matrícula de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, o processo de municipalização foi ainda mais expressivo. No ano passado, 67% das matrículas já estavam na rede municipal, contra 33% na estadual.

Na matrícula de 5ª a 8ª série também houve crescimento no atendimento prestado pela rede municipal, embora em ritmo mais lento. O Censo 2000 mostra que a rede estadual detém 70% das matrículas nessas séries e a rede municipal, 30%.

O Programa Dinheiro Direto na Escola é um exemplo de descentralização, transparência, participação, fiscalização e eficiência do gasto público. Por meio dele, as escolas passaram a receber diretamente os recursos federais, antes transferidos por um sistema burocratizado, dispendioso e que possibilitava a manipulação política das verbas da educação.

Sem a intermediação dos governos estaduais e municipais, a aplicação dos recursos é feita agora com a participação direta da comunidade. O Ministério da Educação exige que a escola com mais de 99 alunos tenha, para se credenciar ao programa, uma unidade executora, comumente chamada de Associação de Pais e Mestres (APM) ou Conselho Escolar.

Caso a escola tenha menos alunos matriculados e não possua sua executora, o dinheiro é repassado à prefeitura ou à secretaria estadual de Educação. A verba, então, é depositada numa conta corrente específica da executora ou da prefeitura/secretaria, que administra os recursos em parceria com a direção da escola.

O governo repassou mais de R\$ 1 bilhão às unidades escolares nos últimos seis anos do Dinheiro Direto na Escola. Outro propósito do Ministério da Educação – o de fortalecer a mobilização social em benefício da qualidade do ensino e da escola pública – vem sendo alcançado por meio do programa: em 2000, o número de unidades executoras formadas em todo o país chegava a 71 mil.

## **Merenda Escolar**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Merenda Escolar) garante, pelo menos, uma refeição por dia a todas as crianças matriculadas no ensino fundamental e na pré-escola, em estabelecimentos públicos e filantrópicos. É o maior programa de auxílio alimentar já executado no mundo. Atualmente, mais de 37 milhões de refeições são fornecidas, diariamente, durante os duzentos dias do ano letivo.

O governo Fernando Henrique praticamente dobrou a verba para a merenda: de 1995 até 2000, foram gastos R\$ 4,3 bilhões na alimentação de alunos do ensino fundamental.

A ampliação e a melhoria do programa vêm acompanhadas do processo de municipalização. Antes, a merenda era fornecida de forma centralizada – o que resultava em aumento de custos e desperdícios. Sem a necessidade de convênios, contratos ou acordos, a descentralização total, a partir de 1999, significou a garantia da merenda para o aluno.

Os recursos agora são enviados diretamente a todos os municípios brasileiros, onde a comunidade e as escolas escolhem o cardápio com autonomia e de acordo com seus hábitos alimentares, comprando alimentos da produção local.

## Aceleração da Aprendizagem

Para evitar a evasão escolar, decorrente muitas vezes da falta de motivação gerada pela repetência, o governo federal financia a criação de classes especiais para alunos com idade acima do recomendável para a série que freqüentam. É o Programa de Aceleração da Aprendizagem, que permite ao aluno avançar rapidamente nos estudos até alcançar a série compatível com a sua idade.

Cerca de 1,2 milhão de alunos já freqüentam essas classes especiais, em todos os estados brasileiros, e a grande maioria obtém êxito nos estudos. Em 2000, só na 3ª série das classes de aceleração foram matriculados cerca de 270 mil alunos.

Embora se diga que há falta de vagas nas escolas públicas de educação básica (ensino fundamental e médio), isso não ocorre. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em 2000 estavam matriculados nessas escolas 44 milhões de alunos. Segundo estimativa do IBGE, a população na faixa de 7 a 17 anos, em 2000, era de 37,5 milhões de habitantes.

O fato de haver 6,5 milhões de alunos fora dessa faixa etária matriculados na educação básica se deve à repetência, muito alta nas séries iniciais, e ao ingresso tardio na escola. Isso está sendo corrigido pelo Programa de Aceleração da Aprendizagem. Com ele, as escolas públicas poderão absorver todas as crianças e jovens em idade escolar e, gradativamente, corrigir a distorção entre a idade do aluno e a série que ele freqüenta. Além disso, o programa permite a abertura de um número maior de vagas nas séries iniciais do ensino fundamental, quando a repetência é mais acentuada.

## Evasão e repetência em queda

A distorção idade/série no Brasil ainda é alta: 46,6% dos estudantes poderiam estar mais adiantados. Mesmo assim, os dados apontam para a melhoria do desempenho escolar no nível fundamental. A taxa de promoção, que mede o número de alunos que passou de série, aumentou de 64,5%, em 1995, para 74%, em 1998. No mesmo período, a repetência caiu de 30,2% para 21,3% dos alunos e a taxa de abandono da escola baixou de 3,4% para 3,1%.

### ENSINO FUNDAMENTAL – TAXAS MÉDIAS PONDERADAS DE PROMOÇÃO, REPETÊNCIA E EVASÃO (%) – BRASIL – 1995-1998

Anos	Taxas de Transição		
	Promoção	Repetência	Evasão
1995	64,5	30,2	3,4
1996	68,8	26,6	2,5
1997	72,7	23,4	2,5
1998	74,0	21,3	3,1

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Essa tendência decrescente de evasão e de repetência ocorre em todos os estados, o que leva à conclusão de que haverá uma redução rápida das taxas de distorção idade/série. Em 1998, 24% dos 35,8 milhões de alunos do ensino fundamental tinham 15 anos ou mais de idade e já deveriam estar cursando o ensino médio. Em 2000, o índice era de 23,5%, aproximadamente, representando 8,3 milhões de alunos.

## ***Dia Nacional da Família na Escola***

A aproximação de pais, responsáveis, professores e diretores é capaz de melhorar o rendimento escolar, reduzindo a repetência e a evasão. Essa aproximação começou a se concretizar no país em 24 de abril de 2001. A data, escolhida como o Dia Nacional da Família na Escola, marca o início de uma parceria que tem todas as chances de ser bem sucedida.

Até então, existiam experiências isoladas de ações envolvendo sociedade e escola, com resultados positivos para o rendimento escolar de crianças e adolescentes. Havia, ainda, a vontade dos pais de participarem efetivamente dos estudos dos filhos. Uma pesquisa realizada pelo Ibope revelou que 97% dos responsáveis defendem maior integração com a escola, sugerindo a realização de sete reuniões anuais. Do total de pais entrevistados, 93% acreditam que sua visita à escola é muito importante para a educação dos filhos.

Com a instituição do Dia Nacional da Família na Escola, o interesse em participar mais ativamente das atividades escolares transformou-se em ação. A presença de pais, em todo o Brasil, foi significativa, demonstrando que se aliaram aos professores e diretores para dividir responsabilidades e somar esforços.

## ***Educação de Jovens e Adultos***

De 1995 a 2000, o MEC desenvolveu ações, em parceria com estados e municípios, com o propósito de transformar a Educação de Jovens e Adultos em política pública no sistema de ensino brasileiro. A preocupação, além de aumentar a oferta, foi a de assegurar a qualidade e reduzir a evasão escolar.

Houve no período significativa evolução no número de matrículas, resultado do repasse federal de R\$ 151,8 milhões aos estados e municípios. Em 1995, foram beneficiadas 33 instituições de ensino em 19 estados. Após fechamento dos números em 2000, o total alcançou 3.069 instituições contempladas em todas as unidades da federação.

O impulso dado à educação na década de 90 foi capaz de reduzir o número absoluto de analfabetos, mas não o fez de forma homogênea. A redução acompanhou as desigualdades socioeconômicas e inter-regionais, o que fica bem nítido ao se comparar as taxas de analfabetismo de jovens e adultos.

Essa situação, porém, pode ser revertida e o governo federal acredita nisso. Para 2001, o Orçamento da União prevê, aproximadamente, R\$ 310 milhões para a Educação de Jovens e Adultos, dos quais R\$ 189,7 milhões serão destinados ao Programa Recomeço.

## ***Programa Recomeço***

Para resgatar a cidadania de jovens e adultos que não tiveram condições de acesso ou permanência na escola, o Ministério da Educação lançou em 2001 o Programa Recomeço, Supletivo de Qualidade.

Classificado como uma das prioridades do Projeto Alvorada do governo federal, o programa vai aumentar

os recursos disponíveis para atendimento da Educação de Jovens e Adultos, de 15 anos ou mais, em 14 estados das regiões Norte e Nordeste e, em outros nove estados, nos 390 municípios que detêm Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual ou inferior a 0,500.

○ Censo Escolar de 2000 aponta, nos estados que serão beneficiados no Norte e Nordeste, um atendimento no ensino fundamental a cerca de 800 mil jovens e adultos. Com os R\$ 189,7 milhões que serão repassados em 2001 pelo Programa Recomeço, o atendimento será duplicado ainda este ano. Em 2002, o mesmo número deverá ser beneficiado e, assim, na conclusão do Projeto Alvorada, a quantidade de alunos atendidos chegará a 2,4 milhões.

As regiões metropolitanas das capitais do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país e de Manaus e Macapá também receberão apoio financeiro do Programa Recomeço. Serão destinados R\$ 25 milhões às prefeituras que apresentarem projetos de melhoria da qualidade do ensino supletivo.

Os recursos deverão ser empregados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento da educação de jovens e adultos, contemplando remuneração e formação do corpo docente, aquisição e reprodução de material didático que atenda às especificidades do segmento beneficiado, e programa suplementar de alimentação para os alunos.

Para receber o dinheiro, as prefeituras devem apresentar um projeto de trabalho para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com propostas de ampliação do ensino supletivo. ○ repasse dos recursos não é automático, mas condicionado à aprovação do projeto.

A distribuição das verbas obedece à sistemática já utilizada no Fundef. Os recursos são proporcionais ao número de alunos matriculados nos “cursos presenciais com avaliação no processo”, apontado pelo Censo Escolar. O valor aluno/ano é de R\$ 230,00.

Os repasses são realizados mensalmente pelo FNDE, com crédito automático em conta bancária para uso exclusivo do programa, aberta e mantida na mesma instituição financeira e agência depositária dos recursos do Fundef.

○ acompanhamento da aplicação do dinheiro será feito pelos conselhos sociais do Fundef, pelos tribunais estaduais de contas e também por pesquisa e avaliação do Inep e do Ministério da Educação.

Estudos recentes indicam que a conclusão de certos mínimos de escolaridade são indispensáveis para a inserção no processo produtivo e na participação cidadã, o que exige um esforço nacional para garantir o acesso de todos ao mercado de trabalho e a uma qualidade melhor de vida.

## **O desafio de melhorar a qualidade do ensino**

Para garantir aos alunos um ensino de qualidade, capaz de fornecer-lhes não só o conteúdo das matérias como informações relacionadas ao seu cotidiano, o Ministério da Educação está promovendo uma reforma curricular de todos os níveis de ensino. Numa iniciativa inédita, foram definidos os parâmetros curriculares nacionais para as oito séries do ensino fundamental, além de referenciais para a educação infantil, para as escolas indígenas e para uma ampla reformulação do sistema de formação dos docentes.

Todos os professores do ensino fundamental receberam os Parâmetros Curriculares Nacionais e os Referenciais, num total de 1,4 milhão de exemplares. As publicações não são de adoção obrigatória, mas servem de orientação para as escolas brasileiras, de norte a sul, sempre valorizando a necessidade de se abordar os temas com enfoque regional. Cabe destacar o esforço de adaptação dos currículos às escolas indígenas, de forma a preservar e a valorizar a língua materna e as tradições culturais desses povos.

## **Livro Didático e Bibliotecas Escolares**

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) figura como um dos grandes responsáveis pela melhoria do ensino em todo o país. Até 1995 restrito aos alunos das quatro primeiras séries do ensino fundamental, o programa responde hoje pela distribuição de livros didáticos para as oito séries.

São obras que passam por uma rigorosa avaliação feita por comissões de professores, visando à eliminação de erros e impropriedades capazes de comprometer o aprendizado. Com base nessa avaliação, as sinopses dos livros são apresentadas em um guia distribuído aos professores do ensino fundamental. Após a escolha, eles enviam um formulário preenchido ao Ministério, que, só então, efetua a compra.

Desde 1996, os livros chegam às escolas antes do início do ano letivo. Em 2000, foram distribuídos, gratuitamente, mais de 109 milhões de livros didáticos e, em 2001, cerca de 130 milhões.

Pela primeira vez, o Programa Nacional do Livro Didático incluiu a distribuição de dicionários. Este ano,

dos 130 milhões de livros entregues a 163,3 mil escolas públicas do país, 20,2 milhões são dicionários para consulta de 32,5 milhões de alunos.

Ao todo, o PNLD adquiriu 530 títulos diferentes para as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte e Educação Física, Meio Ambiente e Saúde, Pluralidade Cultural e Educação Sexual, a um custo de R\$ 474 milhões, incluindo os dicionários.

Os alunos deficientes visuais também fazem parte desse investimento na qualidade do ensino. Em 2001, o Ministério da Educação e o FNDE estão trabalhando em parceria com o Instituto Benjamin Constant na produção de livros em *braille*. Até julho, já haviam sido produzidos 35 títulos. A meta é produzir e distribuir até 120 títulos aos alunos com problemas de visão.

Inicialmente serão beneficiados quatro mil alunos matriculados nas quatro primeiras séries do ensino fundamental de escolas que têm salas de recursos, ou seja, aquelas preparadas para atender portadores de deficiência visual. Em setembro começa a seleção de títulos para alunos de 5ª a 8ª série.

O Programa Nacional de Biblioteca do Escolar (PNBE), que leva às escolas públicas a literatura infanto-juvenil, foi ampliado. Agora, não só os alunos são o alvo do Programa. Em 2000, o PNBE teve como foco de sua ação a formação continuada de professores. Foram investidos R\$ 15,1 milhões na produção e distribuição de materiais pedagógicos voltados para esse fim e, ainda, na elaboração dos manuais de apoio ao uso dos acervos distribuídos anteriormente.

Em 1998, 20 mil escolas receberam o primeiro acervo, beneficiando alunos de 1ª a 8ª série. Já em 1999, o acervo foi dirigido aos alunos de 1ª a 4ª série de 36 mil escolas.

## **Programa de Leitura nas Escolas**

Para incentivar o hábito de ler, o governo federal instituiu o Programa de Leitura nas Escolas. O propósito desse programa, que será comemorado anualmente, é incentivar a leitura como instrumento pedagógico e, assim, melhorar o desempenho dos alunos. Em 2001, o dia escolhido foi 11 de setembro.

Os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 1999 demonstraram que um grande número de crianças foi integrado à escola, mas nem sempre os pais têm escolaridade suficiente para estimular e acompanhar os filhos nos estudos. A idéia é fazer com que a leitura e a participação da família contribuam para melhorar o rendimento escolar.

## **TV Escola e Informática na sala de aula**

O programa TV Escola está há cinco anos no ar. Com o objetivo principal de capacitar a distância os professores em todo o país, representa hoje bem mais do que isso. Além de auxiliar nesse trabalho, contribui para tornar mais dinâmicas as aulas e serve de veículo de formação continuada de docentes, estendendo sua atuação à comunidade. Nos finais de semana, a programação é voltada à população de dentro e fora da escola.

Todas as escolas de ensino fundamental com mais de 100 alunos ganharam um kit tecnológico composto de televisor, videocassete, fitas VHS e antena parabólica. Em cinco anos, foram distribuídos 56.770 conjuntos de equipamentos para as escolas, além dos outros 625 instalados em Instituições de Formação de Professores e Escolas Técnicas.

A TV Escola é veiculada em canal exclusivo via satélite e apresenta quatro horas de programação diária de alta qualidade. Essa programação é repetida ao longo do dia, o que faz com que a TV Escola permaneça 14 horas no ar. Cerca de um milhão de professores e 28 milhões de estudantes são beneficiados em todos os estados.

O programa TV Escola foi avaliado positivamente durante três anos seguidos – 1997, 1998 e 1999 – por uma das mais importantes instituições brasileiras, a Universidade de Campinas (Unicamp).

Outra ação do Ministério visando ao aprimoramento do ensino público é o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), que leva a tecnologia aos alunos e, assim, enriquece o aprendizado. Até o momento, 25 mil computadores e acessórios foram instalados em quase três mil escolas dos 26 estados e do Distrito Federal, beneficiando diretamente cerca de 200 mil alunos. A meta do programa é instalar, até 2002, cem mil computadores em seis mil escolas, com atendimento a 7,5 milhões de estudantes.

Para a utilização pedagógica do computador em sala de aula, 1.419 professores-multiplicadores foram treinados em 244 Núcleos de Tecnologia Educacional – responsáveis, ainda, pela assistência técnica permanente às escolas participantes do programa.

## **Informatização das Escolas de Ensino Médio**

Depois de beneficiar escolas de ensino fundamental, chegou a vez da informática fazer parte do cotidiano dos alunos de ensino médio. Em 2001, o Ministério da Educação e o Ministério das

Comunicações lançaram em Sinop, município do estado de Mato Grosso, o Programa de Informatização das Escolas de Ensino Médio.

Financiado pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) – que recebe 1% de toda a arrecadação das operadoras de telecomunicações do país, incluindo as fixas, móveis e de TV a cabo – o programa contribuirá para dobrar o número de internautas no Brasil. Para os 6,8 milhões de alunos que irão concluir o ensino médio até 2002, o acesso à internet e à informática será fundamental tanto para o ingresso no mercado de trabalho quanto para o período em que estiverem na universidade.

Além dos 250 mil computadores que serão instalados em 12.500 escolas, nesses dois anos, o programa prevê a instalação de infra-estrutura adequada, com linhas telefônicas de boa velocidade e os equipamentos de informática necessários. Em 2001, todas as escolas públicas de ensino médio com mais de 600 alunos receberão os computadores. A média será de um equipamento para cada grupo de 25 alunos. Nas universidades brasileiras, a proporção é de um para 20.

O programa também é desenvolvido em parceria com as secretarias de Educação, por meio de convênios. Os estados e municípios são responsáveis pela adequação das escolas e pelo financiamento do treinamento de professores, desenvolvido pelo Ministério da Educação a partir do modelo de capacitação e suporte técnico do Proinfo.

## **Formação de docentes**

A qualificação dos professores é peça-chave do processo para melhorar a qualidade do ensino

fundamental. Um desafio que vem sendo enfrentado pelo governo e que está atrelado à necessidade de valorizar o magistério, melhorando as condições salariais e de trabalho. O primeiro passo foi dado com a criação do Fundef. Ao obrigar que 60% dos seus recursos sejam destinados à remuneração dos professores, o Fundo começou a corrigir o problema salarial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) atribui a cada município e, conseqüentemente, ao Estado e à União, a incumbência de “realizar programas de formação para todos os professores em exercício, de tal modo que, até o final da Década da Educação – ano 2006 – somente sejam admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”, aceitando, porém, como patamar mínimo, a habilitação em nível médio.

A tarefa não é simples, considerando que cerca de 860 mil funções docentes de ensino fundamental e médio não têm curso superior e há 310 mil funções docentes leigas, ou seja, aquelas que não são capacitadas para exercer o magistério.

## **Proformação**

Para mudar esse quadro, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância, desenvolve desde 1999 o Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação), curso de nível médio, com habilitação em magistério, na modalidade de educação a distância.

Com duração de dois anos e desenvolvido em parceria com o Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola) e estados e municípios que aderiram ao programa, o curso é dirigido a professores sem habilitação que atuam nas quatro séries iniciais e classes

de alfabetização das escolas da rede pública das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

○ Conselho Nacional de Educação aprovou algumas medidas para modificar a organização do sistema de formação de professores e está analisando outras. A conceituação dos institutos superiores de educação e do curso normal superior, a definição de programas especiais de formação pedagógica e a formulação de novas diretrizes curriculares para os cursos de Pedagogia e para as licenciaturas em geral são as principais mudanças em andamento.

○ Censo Escolar de 2000 revela que o número de funções docentes\* no ensino fundamental passou de 1,3 milhão, em 1996, para 1,5 milhão, aproximadamente. Já no ensino médio, saltou de 327 mil para 430 mil, no mesmo período. Além do aumento de funções, a qualificação é maior. O número de funções docentes sem formação adequada – chamadas de leigas – caiu 41,1% no ensino fundamental, entre 1994 e 2000.

Foi registrado também um aumento no número de funções docentes com nível médio completo: de 655 mil, em 1996, para 738 mil em 2000. Com curso superior completo, os de ensino fundamental eram 608 mil e chegaram a 755 mil, no mesmo período.

Especialistas em educação têm destacado – e o governo federal está atento a isso – a necessidade de um sistema de formação continuada e permanente para todos os professores, ressaltando que nenhuma formação inicial, mesmo a melhor em nível superior, é suficiente para o desenvolvimento profissional.

---

\* O conceito de Função Docente corresponde ao professor em atividade na sala de aula. O mesmo professor pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento e, dessa forma, ter mais de uma função docente.

## Formação de Professores Indígenas

○ Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, editado em 1998, serviu de base para a elaboração das diretrizes de implementação dos programas de formação de professores indígenas nos sistemas educacionais de ensino.

Existem no país quatro mil professores trabalhando em três mil escolas indígenas. O Ministério da Educação defende que uma escola indígena específica, diferenciada, bilíngüe, intercultural e de qualidade só será viável se os índios estiverem à frente do processo e atuando de forma crítica, consciente e responsável.

## Professores Alfabetizadores

○ Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, formulado pela Secretaria de Educação Fundamental (SEF/MEC) e desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Educação, universidades, escolas públicas e particulares de formação para o magistério e organizações não-governamentais, tem como objetivo resgatar o compromisso da escola com a formação inicial do aluno como leitor e produtor de textos.

Voltado para professores que ensinam a ler e a escrever na Educação Infantil e no ensino fundamental para jovens e adultos, o programa pretende beneficiar 50 mil docentes este ano. O curso totaliza 160 horas distribuídas em três módulos e é apoiado em material escrito e em vídeos organizados em kits pelo Ministério da Educação.

## **Parâmetros em Ação**

○ incentivo ao desenvolvimento profissional de professores e especialistas em Educação, de forma articulada com os Parâmetros e os Referenciais Curriculares Nacionais, é o objetivo do programa Parâmetros em Ação. A Rede de Formadores do programa representa a Secretaria de Educação Fundamental na ponta, debatendo com os docentes as questões ligadas a currículos, projeto pedagógico e ações políticas.

Estruturada em mais de 2.500 municípios, a Rede permite o acompanhamento do trabalho dos professores em localidades onde dificilmente o governo federal poderia chegar. O programa pretende garantir a transferência de conhecimento e orientação pedagógica a todas as escolas públicas do país, de modo a conquistar a qualidade universal do ensino.

## **Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola**

No dia 5 de junho de 2001, Dia Internacional do Meio Ambiente, foi lançado o Programa Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola, que visa à institucionalização da educação ambiental no ensino formal.

A proposta é promover, em ação coordenada com as secretarias estaduais e municipais de Educação, universidades e organizações não-governamentais, a formação continuada de professores das séries finais do ensino fundamental para o trabalho com o tema transversal previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A qualificação dos professores e o acesso a conteúdos de meio ambiente e sua prática atende às recomendações da Lei 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental e tornou obrigatória a inserção do tema, de forma transversal, em todos os níveis e modalidades de ensino. Desde 1996, bem antes da lei, o Ministério da Educação já trabalhava pelo desenvolvimento da Educação Ambiental na escola, com uma coordenação específica dentro da Secretaria de Educação Fundamental.



**UM NOVO ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

○ governo federal quer preparar o jovem para o mercado de trabalho e para isso promoveu uma grande reforma no ensino médio. Há um consenso de que o ensino médio priorize o desenvolvimento de competências e habilidades básicas que preparem os alunos para o exercício da cidadania. Isso implica uma flexibilidade curricular e o desenvolvimento de projetos comuns a partir da integração das áreas. A idéia é fazer com que o estudante saiba correlacionar o que aprende com o que vive, tornando-o apto a usar as novas tecnologias e formas de produzir bens, serviços e conhecimento.

A reforma começou com a separação do ensino médio do ensino técnico. Os dois agora existem de forma independente, devendo os cursos de nível técnico da educação profissional serem feitos de forma concomitante ou seqüencial ao ensino médio. Essa separação contribuirá para universalizar o ensino médio.

○ crescimento do número de matrículas no ensino médio foi de 66%, entre 1994 e 2000, em função da prioridade concedida ao ensino fundamental. ○ governo quer assegurar, agora, que essa expansão continue a ocorrer, garantindo a qualidade do atendimento.

## ENSINO MÉDIO – MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO MÉDIO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 1994-2000

Brasil/Ano	Matrícula por Dependência Administrativa								
	Total	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1994 <sup>(1)</sup>	4.936.211	106.428		3.528.471		270.973		1.030.339	
1995	5.374.831	113.312	2,1	3.808.326	70,9	288.708	5,4	1.164.485	21,7
1996	5.739.077	113.091	2,0	4.137.324	72,1	312.143	5,4	1.176.519	20,5
1997	6.405.057	131.278	2,0	4.644.671	72,5	362.043	5,7	1.267.065	19,8
1998	6.968.531	122.927	1,8	5.301.475	76,1	317.488	4,6	1.226.641	17,6
1999	7.769.199	121.673	1,6	6.141.907	79,1	281.255	3,6	1.224.364	15,8
2000	8.192.948	112.343	1,4	6.662.727	81,3	264.459	3,2	1.153.419	14,1

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: <sup>(1)</sup> Dados Estimados

## ENSINO MÉDIO – MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO MÉDIO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (PÚBLICO E PRIVADO)

Brasil/Ano	Matrícula por Dependência Administrativa				
	Total	Público	%	Privado	%
1994 <sup>(1)</sup>	4.936.211	3.905.872	79,1	1.030.339	20,9
1995	5.374.831	4.210.346	78,3	1.164.485	21,7
1996	5.739.077	4.562.558	79,5	1.176.519	20,5
1997	6.405.057	5.137.992	80,2	1.267.065	19,8
1998	6.968.531	5.741.890	82,4	1.226.641	17,6
1999	7.769.199	6.544.835	84,2	1.224.364	15,8
2000	8.192.948	7.039.529	85,9	1.153.419	14,1
<b>Cresc. % 94/00</b>	<b>66,0</b>	<b>80,2</b>	<b>-</b>	<b>11,9</b>	<b>-</b>

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: <sup>(1)</sup> Dados Estimados

Em 1994, 20,8% dos jovens de 15 a 17 anos de idade estavam matriculados no ensino médio; cinco anos depois, esse índice chega a 32,6%. Em 2000, havia no Brasil 8,1 milhões de alunos no ensino médio e as previsões indicam que, em 2002, serão cerca de dez milhões.

### **TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA (%) BRASIL 1994-1999 ENSINO MÉDIO (15 A 17 ANOS)**

1980	14,3
1991	17,6
1994	20,8
1998	30,8
1999	32,6

Fonte: MEC/INEP/SEEC

A expressiva expansão das matrículas no ensino médio se deve não só à prioridade ao ensino fundamental como também ao fato de mais alunos chegarem ao final deste nível com menos idade – em condições, portanto, de continuar os estudos. Outro fator é o aumento da demanda dos jovens por maior escolaridade, até mesmo em função de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

A redução das diferenças regionais no acesso à educação e na sua qualidade são significativas. Nos últimos anos, a expansão do ensino médio nas regiões Nordeste e Norte é maior do que a média nacional, diminuindo rapidamente as desigualdades em relação ao Sul e ao Sudeste. Enquanto no período de 1995 a 2000 a matrícula no ensino médio cresceu 52,4% no

país, no Nordeste o aumento chegou a 68,1% e, no Norte, a 66,1%.

A distorção idade/série, em 2000, continua alta no ensino médio: 54,9%, mas a tendência é de aumento da promoção e de queda da repetência e da evasão escolar. A taxa de promoção subiu de 65%, em 1995, para 77,1%, em 1998. No mesmo período, o índice de repetência caiu de 26,7% para 17,2% e o de evasão escolar baixou de 8,3% para 5,6%.

### **ENSINO MÉDIO – TAXAS MÉDIAS PONDERADAS DE PROMOÇÃO, REPETÊNCIA E EVASÃO BRASIL – 1995-1998**

Ano	Ensino Médio		
	Promoção	Repetência	Evasão
1995	65,0	26,7	8,3
1996	72,2	22,6	5,2
1997	74,5	18,7	6,8
1998	77,1	17,2	5,6

Fonte: MEC/INEP/SEEC

## **Conhecimento aliado à prática**

Para a reforma do ensino médio ser completa, o Ministério da Educação precisava fazer mais do que modificações estruturais. Era necessário promover mudanças didático-pedagógicas e curriculares. No plano didático-pedagógico, o novo ensino médio deixa de ser apenas uma preparação para o ingresso no ensino superior. Ele passa a associar o conhecimento à vida prática do aluno, orientando-o em relação ao seu futuro.

Com o objetivo de facilitar a reestruturação curricular em todas as escolas do país, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, de caráter obrigatório. Em seguida, o Ministério distribuiu os Parâmetros Curriculares, um conjunto de orientações e recomendações para apoiar o trabalho dos professores na nova concepção do ensino médio.

As mudanças foram feitas de forma a assegurar mais liberdade ao aluno na construção do seu currículo. Agora, 75% do conteúdo compõem uma base nacional comum, nas áreas de Linguagem, Códigos, Ciências da Natureza, Matemática, Ciências Humanas e respectivas tecnologias. Desde que se relacionem a essas áreas e desenvolvam múltiplas aptidões no aluno, as matérias e os temas podem ser livremente escolhidos pelas escolas.

Os restantes 25% do conteúdo curricular são definidos pelas próprias escolas, com base nas características socioeconômicas locais e regionais ou nos interesses da comunidade escolar. O aluno pode cursar Música, Informática e Fotografia, por exemplo, paralelamente às disciplinas básicas, como Português e Matemática.

## **Apoio do governo federal**

A Constituição estabelece que os estados sejam responsáveis pela administração e pelo financiamento do ensino médio. Caberia a eles, portanto, a implantação da reforma. Diante do grande aumento de matrículas, o governo federal decidiu garantir recursos e a assistência técnica necessária.

A qualificação e a formação de professores, a construção, ampliação e melhoria das instalações de prédios escolares e a adequação de laboratórios e bibliotecas são custeadas por um financiamento de

US\$ 500 milhões obtido no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

## **Educação profissional em módulos**

Outra preocupação do Ministério, atendendo ao que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases, era a reforma da educação profissional. O primeiro passo foi a separação do ensino técnico do médio, considerando que a educação profissional deve ser complementar à formação geral. Isso significa reconhecer que, para enfrentar os desafios de hoje, o profissional precisa cumprir duas exigências fundamentais: ter uma sólida formação geral e uma boa educação profissional, que o torne flexível no mundo das tecnologias avançadas.

O objetivo é garantir perspectiva de trabalho para os jovens e facilitar seu acesso ao mercado local e regional, oferecendo cursos de acordo com a demanda. Uma estrutura curricular em módulos, associada a conteúdos flexíveis, permite ao aluno fazer vários cursos curtos e, portanto, se capacitar para diversas funções.

A educação profissional pretende atender também os profissionais que já estão no mercado mas sentem falta de uma melhor qualificação, e, ainda, ser um instrumento eficaz na reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.

Essa formação profissional, portanto, não se esgota na conquista de um certificado ou diploma. A nova política estabelece a educação continuada, permanente, como forma de atualizar, especializar e aperfeiçoar jovens e adultos em seus conhecimentos tecnológicos.

Para expandir, modernizar, melhorar a qualidade e promover a atualização da educação profissional no

país, o Ministério da Educação, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituiu o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). O Programa tem um aporte de recursos de US\$ 500 milhões para, entre outras ações, qualificar e requalificar trabalhadores, independentemente do nível de escolaridade – cursos de nível básico – e da formação e habilitação de jovens e adultos nos níveis médio – técnico e superior – tecnológico.

Cerca de 200 convênios de investimento de projetos escolares em todo o país foram firmados até o primeiro semestre de 2001, apoiando instituições de educação profissional dos segmentos federal, estadual e comunitário. A projeção de matrículas para o ano de consolidação da proposta pedagógica prevê um incremento de 3.445% nos cursos de nível tecnológico; 413% nos de nível técnico e 1.588% nos de nível básico.



**ENSINO SUPERIOR**



## Ânimo renovado

A expansão da matrícula no ensino superior foi surpreendente. Em termos absolutos, no período 1994/1999 ela cresceu mais do que nos 14 anos anteriores. Depois de um longo período de estagnação no número de alunos, a expansão do sistema foi retomada a partir de 1995. Em apenas

cinco anos, registraram-se mais de 610 mil novas matrículas. Em 1999, havia cerca de 2,4 milhões de alunos no ensino superior, um acréscimo de 43% em relação a 1994.

Interessante é observar que, a partir dessa expansão, revelou-se uma característica: a rede pública recuperou seu dinamismo, ampliando em 20,7% a oferta de vagas no período.

### ENSINO SUPERIOR – EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA BRASIL – 1980-1999

Ano	Total	Público	%	Privado	%
1980	1.377.286	492.232	35,7	885.054	64,3
1981	1.386.792	535.810	38,6	850.982	61,4
1982	1.407.987	548.388	38,9	859.599	61,1
1983	1.438.992	576.689	40,1	862.303	59,9
1984	1.399.539	571.879	40,9	827.660	59,1
1985	1.367.609	556.680	40,7	810.929	59,3
1986	1.418.196	577.632	40,7	840.564	59,3
1987	1.470.555	584.965	39,8	885.590	60,2
1988	1.503.555	585.351	38,9	918.204	61,1
1989	1.518.904	584.414	38,5	934.490	61,5
1990	1.540.080	578.625	37,6	961.455	62,4
1991	1.565.056	605.736	38,7	959.320	61,3
1992	1.535.788	629.662	41,0	906.126	59,0
1993	1.594.668	653.516	41,0	941.152	59,0
1994	1.661.034	690.450	41,6	970.584	58,4
1995	1.759.703	700.540	39,8	1.059.163	60,2
1996	1.868.529	735.427	39,4	1.133.102	60,6
1998	2.125.958	804.729	37,9	1.321.229	62,1
1999	2.377.715	833.093	35,0	1.544.622	65,0
<b>Tx. de Cresc. 94/99 (%)</b>	<b>43,1</b>	<b>20,7</b>	<b>-</b>	<b>59,1</b>	<b>-</b>

Fonte: MEC/INEP/SEEC

○ Ministério da Educação acompanhou de perto a expansão do setor privado, supervisionando e avaliando a qualidade do ensino oferecido. Foi registrada também no ensino superior uma interiorização, contribuindo para reduzir as desigualdades regionais. Cerca de um terço do crescimento da oferta de vagas no setor privado se deu nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na pós-graduação, entre 1995 e 2000, o número de alunos passou de 43 mil para 63,5 mil no mestrado e de 19,5 mil para 33 mil no doutorado. O número de cursos de mestrado aumentou de 1.184 para 1.511 e o de cursos de doutorado, de 668 para 846, no mesmo período. O Brasil, em 2000, formou 18 mil mestres e 5,5 mil doutores.

## **Universidades ágeis e eficientes**

A autonomia universitária proposta pelo governo é apontada como o único mecanismo capaz de fortalecer o papel acadêmico das universidades públicas. Mudar a organização estrutural, os padrões gerenciais do orçamento, do pessoal e da infraestrutura física possibilitará às instituições federais de ensino superior um desempenho mais ágil e mais eficiente, com o conseqüente incremento das atividades de ensino, pesquisa e extensão – hoje emperradas pela burocracia administrativa. A autonomia eliminará, sobretudo, os entraves à elaboração do orçamento, tornando mais eficaz o uso dos recursos e, especialmente, a administração de pessoal.

As universidades passarão a definir seus planos de carreira e de progressão, com a fixação de empregos e salários correspondentes. Também serão criadas

gratificações aplicáveis às diversas funções, cabendo às universidades estabelecer critérios de concessão. Esse novo modelo estimulará a progressão funcional baseada em critérios de mérito e qualificação.

A instituição pelo Ministério de uma gratificação de estímulo à docência permite ao professor ganhar até 50% mais, de acordo com o número de horas-aula ministradas e com a avaliação de sua produção científica e de seu desempenho.

As mudanças já se tornam visíveis. A qualificação média do corpo docente melhorou: a taxa de crescimento de doutores, no período de 1994 a 2000, foi de 74,33%. Há hoje novas normas para a escolha dos dirigentes e para a composição dos órgãos colegiados, aumentando o peso relativo dos professores, especialmente dos mais qualificados.

Nos últimos seis anos, o governo tem investido bastante no sistema federal público de ensino superior. Os resultados demonstram que as instituições elevaram o padrão de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, melhorando o nível do quadro docente.

Todos esses fatores, embora indispensáveis, não seriam o bastante para garantir um desenvolvimento acadêmico sustentável. Deve-se considerar aspectos relativos ao financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Em 1999, o Ministério da Educação optou por dotar as Ifes de uma matriz de financiamento que privilegiasse a qualidade acadêmica em detrimento de componentes históricos que pouco tinham a ver com a avaliação do desempenho institucional. Até então, a matriz de financiamento dessas instituições continha apenas 1% do seu total dividido a partir de indicadores de qualidade.

De 1994 a 1999, o volume de recursos de Outros Custeios e Capital (OCC) aumentou consideravelmente.

No quadro abaixo, o total dos recursos de custeio, inclusive os destinados a pagamentos de benefícios dos servidores:

## RECURSOS TRANSFERIDOS COMO OCC E CONVÊNIO SUPLEMENTARES DE MANUTENÇÃO

Valores em (R\$)					
1994	1995	1996	1997	1998	1999
349.674.464	715.978.401	813.235.761	878.411.516	856.915.071	948.641.368

Fonte: SESu/MEC

Considerando apenas os recursos para manutenção e investimento das instituições, o gráfico a seguir aponta a mudança ocorrida a partir de 1999 no patamar de financiamento, conforme descrito acima.



Fonte: SPO/MEC

○ aumento no patamar de financiamento de custeio foi possível a partir de emenda parlamentar. Embora não seja uma proposta compatível com a expansão planejada de oferta de vagas no sistema, esse mecanismo foi importante para a mudança qualitativa registrada a partir de 1999.

Neste governo, R\$ 100 milhões foram investidos em bibliotecas, computadores e infra-estrutura de informatização das universidades, dentro do Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior. Outros R\$ 680 milhões, aproximadamente, serão investidos, por meio de uma licitação internacional, na compra de equipamentos para laboratórios de graduação e recuperação do parque de equipamentos dos hospitais universitários.

## **Garantia de gratuidade**

A autonomia concederá às universidades a responsabilidade pela gestão, elaboração e execução de seu orçamento. O governo mantém, de sua parte, o compromisso consagrado na Constituição de que as universidades permanecerão públicas e gratuitas. O ensino de graduação, a expansão da matrícula nas redes pública e privada, a diversificação da oferta e das oportunidades de acesso, a reorganização dos currículos e a ampliação do financiamento aos alunos carentes continuarão sendo prioridades. O Ministério tem trabalhado para implantar um modelo de autonomia que melhore a função social das universidades.

Os recursos federais já são distribuídos às instituições públicas de ensino superior de acordo com o número de alunos e de concluintes, a quantidade e a qualidade das pesquisas, o atendimento hospitalar e

demais serviços. O objetivo agora é estreitar relações com o setor produtivo e redefinir políticas de inovação tecnológica, integrando a universidade ao desenvolvimento regional. A competitividade do país e a melhoria da qualidade de vida devem nortear a política para o ensino superior.

## **Pesquisa e avaliação conferem qualidade**

Neste governo, as pesquisas e os exames de avaliação do ensino se constituíram instrumentos indispensáveis ao planejamento e à execução das políticas públicas do Ministério da Educação. A partir de seus resultados, o governo passou a gastar mais e melhor, além de ter condições de vincular a expansão do sistema à qualidade e não apenas à quantidade.

A transformação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) em autarquia independente concedeu ao instituto a responsabilidade pelo sistema de captação, avaliação e armazenamento de informações a respeito de toda a área educacional do país.

É o Inep que realiza todos os levantamentos e pesquisas: Censo Escolar Anual do ensino básico (infantil, fundamental e médio), do ensino especial, da educação profissional e da educação de jovens e adultos, do ensino superior e o Censo do Professor. Os resultados são divulgados no mesmo ano da coleta dos dados.

Nos últimos cinco anos, a qualidade do trabalho desenvolvido pelo Inep conquistou respeito internacional. O Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), que investiga o desempenho dos alunos do ensino fundamental e médio, é reconhecido como um

dos mais sofisticados processos do mundo de avaliação do rendimento escolar.

Realizado pela quarta vez em 2001, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) já obteve o apoio de mais de 230 instituições, que o aceitam como teste válido para o acesso ao ensino superior, de modo isolado ou combinado ao vestibular tradicional. O Enem se firma como um instrumento importante de avaliação do desempenho dos alunos e das escolas. Em 2001, recebeu 1,3 milhão de inscrições, um recorde desde a primeira edição do exame. Em 2000, foram feitas 390 mil inscrições e o comparecimento foi de 350 mil pessoas.

Para se inscrever no Enem, é preciso pagar uma taxa. O Ministério da Educação, entretanto, determinou em 2001 a gratuidade do exame para quatro situações: 1. Conduintes de escolas públicas; 2. Conduintes de Educação de Jovens e Adultos no período de abril de 2000 a abril de 2001; 3. Carentes de escolas privadas; 4. Egressos carentes (pessoas que concluíram o ensino médio, anteriormente, e não têm como pagar a taxa).

Outro instrumento de avaliação da educação brasileira já está consolidado. É o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão. Em sua sexta edição, o exame avalia a qualidade dos cursos superiores de graduação.

Os resultados desse Exame, somados à avaliação dos cursos superiores feita por comissões de especialistas designadas pelo Ministério, apontam as instituições e os cursos com melhor desempenho. Com isso, o exame democratiza a informação, favorece a fiscalização e o controle social e aponta as deficiências, além de servir de base para a renovação ou não do credenciamento das instituições e dos cursos avaliados.

## **Gastos públicos correspondem a 5,5% do PIB**

Em 1996, os gastos públicos com educação, somando-se todos os programas e níveis de governo, foram de R\$ 38,5 bilhões; em 1997, esse valor saltou para R\$ 43,3 bilhões. Isso corresponde a cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Países desenvolvidos, como Estados Unidos e Japão, têm gasto semelhante em proporção do PIB. Em 1998, o Brasil ultrapassou esse índice, investindo em educação o equivalente a 5,5% do PIB. O que o Ministério vem buscando, além de investir mais em educação, é gastar melhor os recursos, o que tem sido demonstrado pelas principais mudanças promovidas na educação.

O volume de recursos para a educação no Brasil, no período 1996-1997, cresceu 12,2%. Os estados elevaram os gastos em 23%, enquanto os municípios apresentaram um incremento de 16%. Agora, a União contribui com 19,8% dos recursos, os estados com 49,8% e os municípios com 30,4%. Do total de R\$ 43,3 bilhões, R\$ 8,6 bilhões vieram do governo federal, R\$ 21,6 bilhões dos estados e R\$ 13,1 bilhões dos municípios.

Dos recursos globais investidos em 1997 na educação, 44,8% foram para o ensino fundamental. O ensino superior recebeu 16,7%. O ensino médio ficou com apenas 4,8% e a educação infantil, com 4,6%. A prioridade conferida pelas três esferas de governo ao ensino fundamental resultou em aumento de 21% nos recursos destinados a esse nível de ensino. Os municípios são os grandes responsáveis pelo reforço ao ensino fundamental.

No ensino médio, o crescimento foi de 9%. O volume de recursos para esse nível de ensino,

ainda baixo, precisa ser aumentado para atender à explosiva demanda por vagas. Os gastos dos municípios reduziram-se, drasticamente, devido à transferência de responsabilidade para os estados; e

estes elevaram seus investimentos em apenas 17%. No ensino superior, os recursos ficaram estáveis, com aumento por parte do governo federal e redução por parte dos estados.

## GASTO PÚBLICO COM A EDUCAÇÃO POR PROGRAMAS E ESFERAS DE GOVERNO EM VALORES R\$ DE 1997

Especificação dos Programas	Gasto Consolidado por Esferas de Governo/1997			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
Administração	658.358.024	4.128.045.272	903.250.321	5.689.653.617
Educação de Criança de 0 a 6 anos	258.727.621	82.194.802	1.629.120.381	1.970.042.804
Ensino Fundamental	1.114.698.453	9.643.494.129	8.599.861.991	19.358.054.573
Ensino Médio	513.526.244	1.504.937.854	50.872.500	2.069.336.598
Ensino Superior	4.519.259.647	2.703.698.933	28.931.399	7.251.889.979
Educação Física e Desportos	35.010.842	148.379.163	606.735.069	790.125.074
Assistência a Educandos	0	241.312.393	221.602.863	462.915.256
Educação Especial	33.354.658	111.016.369	182.121.727	326.492.754
Assistência e Previdência em Educação	1.436.160.210	2.983.201.731	913.985.246	5.333.347.187
<b>Total</b>	<b>8.569.095.699</b>	<b>21.546.280.646</b>	<b>13.136.481.497</b>	<b>43.251.857.842</b>

Fonte: FECAMP/NESUR

○ governo federal é responsável por 62% dos recursos investidos no ensino superior, como demonstra a análise do gasto total. Embora não atue, diretamente, nos demais níveis de ensino, a União também desempenha um papel complementar muito forte, nos níveis fundamental e médio.

## **Parcerias com a sociedade**

○ Ministério da Educação desenvolve, ainda, outros projetos voltados, principalmente, à alfabetização e dirigidos a empresas e organizações não-governamentais (ONG), que incluem a oferta de material didático e de recursos para o treinamento de alfabetizadores.

Como reconhece a Unesco, educação de boa qualidade para todos não é um objetivo que possa ser alcançado, exclusivamente, por meio de ações do governo federal. Depende da colaboração e do empenho das diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil, de modo geral, mas, especialmente, das ONGs e do empresariado.

○ melhor exemplo produzido pelo Brasil, até agora, é a iniciativa denominada “Alfabetização Solidária”, um projeto inovador do programa Comunidade Solidária, que é vinculado, diretamente, à Presidência da República. Por meio de campanhas do tipo “Adote um Aluno”, o projeto estabelece parcerias com a sociedade civil, recruta estudantes universitários e angaria recursos da iniciativa privada para combater o analfabetismo, na faixa etária de 12 a 18 anos. Sendo o analfabetismo um problema concentrado nos municípios mais pobres do Brasil, o programa é direcionado, principalmente, para essas localidades.

Implantado em janeiro de 1997, o “Alfabetização Solidária” contabilizava, até dezembro de 2000, 1,5 milhão de alunos. O programa está presente em 1.244 municípios e a meta para 2001 é chegar a 2,3 milhões de alunos, a maioria residente nas regiões Norte e Nordeste, as mais pobres do país.

A exemplo do que acontece em outros países, as ONGs também têm se tornado, no Brasil, um fator extremamente crítico e atuante na área educacional, incluindo sindicatos, associações laicas e religiosas, instituições filantrópicas e comunitárias. Recentemente, as empresas privadas começaram a patrocinar iniciativas importantes, com vistas a aumentar a qualificação escolar de seus empregados, e a atuar com mais frequência em parcerias com as próprias escolas públicas.

Esse é um dos traços marcantes da última década, no Brasil: um interesse crescente pela educação, que deixou de ser uma preocupação restrita aos educadores e a alguns setores governamentais. Generalizou-se na opinião pública a consciência da importância da educação para enfrentar as exigências do mundo contemporâneo. Nesse sentido, tem sido notável a contribuição da imprensa brasileira, que dedica espaços cada vez mais generosos às grandes questões educacionais.

○ governo federal trabalha com uma visão realista. Se é verdade que os objetivos de universalização do acesso à escola estão, em grande parte, alcançados, não menos verdadeira é a constatação de que as questões de equidade, qualidade e eficácia do sistema escolar ainda são desafios a vencer.

**Ministério da Educação**  
Esplanada dos Ministérios Bloco “L”  
70047-900 - Brasília - DF - Brasil  
<http://www.mec.gov.br>

Setembro 2001

**MINISTÉRIO  
DA EDUCAÇÃO**  
BOA ESCOLA PARA TODOS

**GOVERNO  
FEDERAL**  
Trabalhando em todo o Brasil